



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**  
**VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**  
**Gabinete do DESEMBARGADOR ARISTÓTELES LIMA THURY**

*Acórdão N. 051/2019*

**Processo n. 1-85.2018.6.04.0049 – Classe 30 (SADP 61/2018)**

**Recurso Eleitoral em Representação**

**Recorrente:** FRANCISCO RENATO MORAES PRAIANO

**Advogado:** Fabrício Arteiro de Paiva

**Recorrido:** MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

**Relator:** Desembargador Aristóteles Lima Thury

**ACÓRDÃO**

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. EXCESSO DE DOAÇÃO. INELEGIBILIDADE. ART. 1º, I, "P", DA LC 64/90. DECRETAÇÃO IMEDIATA. INADEQUAÇÃO. DEVIDO PROCESSO LEGAL. RECURSO PROVIDO.

1. A declaração de inelegibilidade tem sua eficácia condicionada ao trânsito em julgado da decisão ou à deliberação de órgão colegiado da Justiça Eleitoral, nos termos do art. 1º, I, "p", da LC 64/90.
2. Recurso conhecido e provido.

Decide o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, por unanimidade, em consonância com o parecer ministerial, conhecer e dar provimento ao recurso eleitoral interposto por Francisco Renato Moraes Praiano, nos termos do voto do Relator, que acompanha este julgado.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, em Manaus,  
7 de novembro de 2019.

**Desembargador JORGE MANOEL LOPES LINS**  
Presidente Substituto

**Desembargador ARISTÓTELES LIMA THURY**  
Relator

**Doutor ARMANDO CÉSAR MARQUES DE CASTRO**  
Procurador Regional Eleitoral Substituto



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**  
**VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**  
**Gabinete do DESEMBARGADOR ARISTÓTELES LIMA THURY**

---

**Processo n. 1-85.2018.6.04.0049 – Classe 30 (SADP 61/2018)**

**Recurso Eleitoral em Representação**

**Recorrente:** FRANCISCO RENATO MORAES PRAIANO

**Advogado:** Fabrício Arteiro de Paiva

**Recorrido:** MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

**Relator:** Desembargador Aristóteles Lima Thury

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso eleitoral interposto por FRANCISCO RENATO MORAES PRAIANO (fls. 62/69) contra a sentença de mérito proferida pelo MM. Juiz da 49ª ZE-Maraã/AM (fls. 49/52). O magistrado *a quo* julgou procedente a representação eleitoral por excesso de doação ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, condenando o Recorrente ao pagamento de multa no valor de R\$ 3.863,50 (três mil, oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos) e declarando-o inelegível pelo prazo de 8 (oito) anos.

Em suas razões de recurso (fls. 62/69), o Recorrente postulou a reforma da decisão de primeiro grau que decretou a inelegibilidade, ao argumento de que tal condenação somente é possível após o trânsito em julgado da decisão ou por deliberação proferida por órgão colegiado.

Em contrarrazões de recurso (fls. 76/76-v), a Promotoria Eleitoral no município corroborou o argumento do Recorrente, ao apontar que o Juízo Monocrático não poderia, de plano, ter declarado a inelegibilidade do Recorrente, porque se trata de efeito condicionado ao trânsito em julgado da decisão ou ao reconhecimento expresso por órgão colegiado.

Instado a se manifestar, o Representante Ministerial ofereceu parecer (fls. 83/84-v) por meio do qual opinou pelo conhecimento e provimento do recurso interposto, para reformar a sentença, a fim de que a declaração de inelegibilidade



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**  
**VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**  
**Gabinete do DESEMBARGADOR ARISTÓTELES LIMA THURY**

---

somente tenha eficácia após decisão transitada em julgado, ou após deliberação de órgão colegiado da Justiça Eleitoral.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'D. L. Thury'.

É o sucinto relatório.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**  
**VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**  
**Gabinete do DESEMBARGADOR ARISTÓTELES LIMA THURY**

---

**Processo n. 1-85.2018.6.04.0049 – Classe 30 (SADP 61/2018)**

**Recurso Eleitoral em Representação**

**Recorrente:** FRANCISCO RENATO MORAES PRAIANO

**Advogado:** Fabrício Arteiro de Paiva

**Recorrido:** MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

**Relator:** Desembargador Aristóteles Lima Thury

**VOTO**

Vislumbro a legitimidade do Recorrente, o cabimento do apelo e a tempestividade das razões recursais, razão pela qual o recurso deve ser conhecido.

No mérito, a irresignação também merece acolhimento. Com efeito, conforme dispõe expressamente o próprio dispositivo que fundamentou a sentença condenatória – art. 1º, I, “p”, da Lei Complementar n. 64/1990 – são inelegíveis para qualquer cargo a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais **por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral**, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22 do mesmo diploma.

Além disso, o próprio Tribunal Superior Eleitoral, no julgamento do AgR-REspe n. 171735 (Ac.-TSE, de 18.4.2017), foi peremptório ao afirmar que a inelegibilidade de que trata o art. 1º, I, “p”, da Lei Complementar n. 64/1990 não é sanção imposta na decisão judicial que condena o doador a pagar multa por doação acima do limite legal, mas efeito secundário da condenação, verificável em eventual pedido de registro de candidatura.

Pelo exposto, em harmonia com o parecer ministerial, **VOTO** pelo **PROVIMENTO** do recurso eleitoral interposto por FRANCISCO RENATO MORAES



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**  
**VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**  
**Gabinete do DESEMBARGADOR ARISTÓTELES LIMA THURY**

---

PRAIANO, para reformar a sentença de mérito, a fim de que a declaração de inelegibilidade somente tenha eficácia após decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça eleitoral, nos termos do art. 1º, I, "p", da LC 64/90.

É como voto.

Manaus/AM, 7 de novembro de 2019.

Assinatura manuscrita de Aristóteles Lima Thury.

**Des. ARISTÓTELES LIMA THURY**  
Relator